

Os impactos da monocultura política do agronegócio brasileiro

As suspeitas de corrupção que envolvem o atual ministro da Agricultura, Blairo Maggi, podem ou não ser comprovadas. Mas ele é a mais genuína face do agronegócio em nosso país. É o grande proprietário, o recordista de áreas plantadas de soja e o líder que sustenta que as grandes áreas de monoculturas são a solução para a economia do Brasil. Um lutador incontestado pelo fortalecimento do setor.

O setor do agronegócio está tão emaranhado na política e é tão opulento no que se refere ao poderio econômico que, independentemente do partido que esteja no poder, terá seus espaços prontos e completamente atendidos. Reclamações de praxe à parte, há enorme aquiescência ao atendimento régio das dores dos que estão no ramo da grande agricultura e muitas atividades afiliadas.

As regras sobre os limites que devem existir no tocante aos direitos e deveres de cada um são a primeira premissa que deixa de ser respeitada quando há uma exagerada supremacia. São grupos setoriais interferindo na gestão das esferas executivas e legislativas, que, por sua vez, não detêm postura ética capaz de impor esses limites. Não existindo um anteparo que freie os anseios dos que buscam vantagens, não haverá um momento de suficiente contentamento perante o quadro de facilidades. Um ciclo vicioso que empurra para debaixo do tapete o significado real do interesse público.

Para a sociedade pode ficar mais explícito o aporte de recursos que é mais visível. E das mais diversas e pitorescas formas. Que o roubo do dinheiro público se configura com propinas que são distribuídas fartamente a políticos sem-vergonha. Até para garantir futuras demandas, ainda nem sequer identificadas. No entanto, trata-se de interpretação equivocada lamentar apenas esse prejuízo mais óbvio e explícito.

Todos esses agrados milionários tratam de algo muito mais prejudicial, em última instância. Estão tratando de ilícitos em licitações, mudanças de leis para que impostos não pagos sejam perdoados, para que as regras que deveriam atender a todos passem a ser mais interessantes a um seleto grupo de influência, muito além do que a imaginação consegue conceber.

Se o atual ministro da Agricultura realmente esteve envolvido em crimes em seu estado, Mato Grosso, isso pode ter-nos custado muito dinheiro desviado. Mas se o setor que ele representa vem conquistando cada vez mais espaços para garantir, no Congresso Nacional, mudanças de leis tão profundas que comprometerão o futuro de todos os brasileiros, esse sim, é um prejuízo para ser intensamente lamentado.

Apenas o exemplo das mudanças radicais do Código Florestal Brasileiro no ano de 2012, um ato fartamente comemorado pelo setor ruralista, representa uma medida em que nada mais do que 87% da população brasileira discordava. E os votos conquistados para esse pleito não foram somente dos ruralistas natos. Outros muitos deputados e senadores foram cooptados por intermédio de estratégias “não republicanas”. Ou alguém ainda duvida desse sistema, recentemente utilizado de forma escancarada?

Seja a existência de portas arrombadas em sucessivos governos débeis, seja a falta de limites de grupos que se impõem pelo poder econômico, empregando métodos inconstitucionais em suas práticas, o que sobra para o cidadão brasileiro, nesse jogo de maldades contra toda a sociedade, é realmente muito triste. Um país rico, com enorme potencial de garantir qualidade de vida a toda a sua população, chafurdando na lama e incrivelmente descompromissado com o bem comum.

Hoje, tamanha a constatação de ilicitudes recorrentes e cada vez mais explícitas, para os brasileiros há uma certeza: para a maioria dos políticos brasileiros a imoralidade é parte indissociável da fórmula de gerar resultados.

Sem o respeito ao próximo, sem um controle sobre os limites, em relação aos encargos devidos para com a sociedade, nunca alcançaremos um patamar digno e que tanto sonhamos.

Pelo que parece, para muitos brasileiros poderosos, em especial aqueles mais organizados e articulados politicamente, obter sucesso neste país demanda jogar a ética e a moral no lixo, perseguir vantagens indevidas e, um dia, ir morar em alguma Flórida da vida.

Gilson Burigo é graduado em geologia, doutor em petrologia e professor associado do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e **Henrique Pontes** é geógrafo, técnico em meio ambiente, mestre em gestão do território e doutorando em geologia e membro efetivo do Grupo Universitário de Pesquisas Espeleológicas (GUPE).

Acesse este artigo no [Blog do Planeta](#).